

Tornar-se pai homossexual na França: a construção social do desejo de ter filhos

Flávio Luiz Tarnovski

As famílias constituídas por gays e lésbicas fazem parte da paisagem familiar contemporânea da maioria dos países ocidentais¹. O seu reconhecimento jurídico ainda é objeto de controvérsias e de disputas políticas, mas a sua existência já é um fato social descrito e analisado por várias pesquisas (CADORET, 2002; FOURNIER, 2003; GROSS, 2005; CADORET *et al.*, 2006; GRATTON, 2006; GROSSI *et al.*, 2007; DESCOUTURES, 2008; HERBRAND, 2009; PICHARDO, 2009; LEWIN, 1993, 2009; PATERNOTTE, 2011; COURDURIÈS, 2011; TAKÁCS e KUHAR, 2011; COURDURIÈS e FINE, 2014). A importância social dessas configurações familiares não está mais em questão. Trata-se, antes de mais nada, de expandir a nossa compreensão das novas realidades etnográficas constituídas pelas múltiplas parentalidades homossexuais (SCHNEIDER, 1997; FAVRET-SAADA, 1999; ALMEIDA, 2010).

No contexto social específico da sociedade francesa, este artigo estuda a construção do desejo de ter filhos e do projeto parental entre homens que se assumem como homossexuais e que são membros da *Association des parents et futurs parents gays et lesbiens* (APGL).

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada em francês, com o título “Devenir père homosexuel en France: la construction sociale du désir d’enfant”, na revista *Etnográfica*, vol. 16 (2): 247-267, 2012.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

Na França, a visibilidade das famílias homoparentais² é indissociável da ação da APGL, fundada em 1986, e que conta com mais de 1600 associados distribuídos entre diferentes configurações familiares criadas a partir da recomposição homoparental, da adoção, da coparentalidade, da inseminação com doador ou da gestação para outrem (também conhecida como maternidade de substituição ou “barriga de aluguel”).

A partir de observações participantes e de entrevistas realizadas com 23 pais homossexuais, em Paris e Toulouse, para uma tese de doutorado em antropologia social (TARNOVSKI, 2010), eu analiso os contextos sociais de emergência do desejo de ter filhos e as modalidades de sua realização através de um projeto parental³. A pesquisa foi realizada entre janeiro de 2006 e junho de 2008, antes da recente aprovação da lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção conjunta por casais homossexuais.⁴

O desejo de ter filhos como norma social

Ter um filho nos dias atuais não tem o mesmo sentido que há trinta ou cinquenta anos. Progressivamente, uma nova norma se impôs: a do desejo de

2 A noção de homoparentalidade foi criada pela APGL para designar as famílias nas quais pelo menos um dos pais se assume como homossexual (GROSS, 2005).

3 Agradeço a Agnès Fine, orientadora da tese, pelas inestimáveis contribuições. Agradeço igualmente a Irène Théry, Agnès Martial, Jérôme Courduriès, Martine Gross e à equipe do Centre d'Anthropologie de Toulouse, pelo apoio recebido para a realização da pesquisa. A Miriam Grossi e à equipe do projeto Capes-Cofecub “Gênero, Sexualidade e Parentesco: um estudo comparativo entre França e Brasil”, pelos frutíferos diálogos. À equipe da revista Etnográfica, e em especial aos pareceristas anônimos que avaliaram a primeira versão deste artigo, pelas críticas e sugestões. A pesquisa de doutorado contou com o apoio da Capes/Ministério da Educação.

4 Antes da aprovação da lei, em 2013, a adoção por pessoas solteiras já era possível, mas na prática havia uma forte resistência em autorizá-la quando os(as) candidatos(as) eram identificados(as) como homossexuais. Apesar dos avanços recentes, a legislação francesa ainda não permite o acesso à procriação assistida por casais homossexuais e, por esse motivo, alguns tribunais negam o estabelecimento da filiação de cônjuges homossexuais quando as crianças são nascidas com o auxílio de tecnologias reprodutivas em clínicas situadas fora do território francês.

ter filhos. Segundo Delaisi de Parseval (2008, p.43), “a própria expressão ‘desejo de filhos’ é muito recente, precisamente ligada à era contraceptiva”. De acordo com a autora, antes do surgimento e da difusão dos métodos contraceptivos, não havia a necessidade de se exprimir esse desejo, pois o fato de ter filhos era autoevidente. Sendo assim, para as gerações precedentes, não existia nenhuma necessidade de declará-lo publicamente. Atualmente, a fecundidade é pensada como um projeto pessoal que exige constantemente que escolhas sejam feitas pelos sujeitos (BOZON, 2002; TAIN, 2005). Ter uma criança não é mais uma etapa automática da trajetória do casal: é preciso antes refletir a respeito, pensar no melhor momento para tê-la, quantas ter, com quem... Isto não quer dizer que ter uma descendência tenha se tornado uma questão menos central para os casais. Na realidade, menos do que dever garantir um descendente à sua linha de parentesco, é a criança em si mesma que importa mais atualmente, o que impõe refletir sobre a sua chegada, o lugar que ela ocupará, as condições materiais necessárias para bem acolhê-la. Por outro lado, o número crescente de uniões livres fez com que, doravante, o nascimento de uma criança marque a transformação do casal em família, passagem antes assegurada pela instituição do casamento. (THÉRY, 1998; THÉRY e LEROYER, 2014).

Pode-se escolher não ter filhos, seja porque as boas condições não se encontram reunidas, seja porque o bom parceiro não foi encontrado. Mas essa escolha ainda deve ser justificada socialmente. Nesse contexto, e diferentemente do que ocorre habitualmente com os casais heterossexuais, para os homossexuais⁵ é a existência do desejo que é socialmente considerada como problemática e não sua ausência. Não se espera deles (mesmo que isto possa se tornar cada vez menos verdadeiro atualmente) que tenham filhos (sobretudo pelas vias ditas “naturais”). O estranhamento que suscita o desejo de ter filhos manifestado por gays e lésbicas, sobretudo quando se trata dos primeiros, revela que nem todos são iguais

5 Para uma análise da genealogia histórica da noção de homossexualidade, ver Michel FOUCAULT, 1994.

face a esse desejo, mesmo que, como sublinha Maurice Godelier (2004), a evolução histórica do valor social da criança possa explicar sua expressão entre os homossexuais.

Contudo, ao problematizar o desejo de ter filhos manifestado por gays e lésbicas, não se pode em nenhum caso subscrever uma visão segundo a qual a homossexualidade seria de início contraditória ou incompatível, pois todo desejo de ter filhos deve ser examinado a partir de um ponto de vista antropológico. Por outro lado, não se trata tampouco de naturalizar esse desejo, afirmando que os homossexuais que não o exprimem “renunciariam” ou teriam durante muito tempo “renunciado” à ideia de ter filhos⁶. A compreensão das condições sociais de manifestação e de expressão do desejo de ter filhos entre homossexuais exige uma análise que não se feche nos termos desta dicotomia, segundo a qual esse desejo seria ou “artificial”, ou “natural” entre eles.

As questões levantadas pelo desejo de ter filhos manifestado por homens que se assumem como homossexuais são as mesmas que poderia suscitar o desejo de ter filhos expresso por qualquer pessoa. Qual é a sua significação? Por que se têm filhos e em que momento da trajetória de vida? Quais condições devem ser reunidas para que o desejo de ter filhos possa se expressar e se realizar? Todo nascimento de uma criança deve ser precedido por um desejo?

Uma das especificidades do desejo de ter filhos de homossexuais, em relação ao de heterossexuais, reside no grau de reflexividade suscitado pelo primeiro. Sandrine Fournier, na sua análise sobre as famílias homoparentais de São Francisco, afirma: “A escolha de criar uma família, contra toda expectativa, se vive [...] como a expressão ‘*par excellence*’ de uma escolha pessoal” (FOURNIER, 2003, p. 63). No entanto, essa escolha somente

6 Esse raciocínio é igualmente utilizado para explicar as trajetórias de homens que se assumiram como homossexuais após um período de conjugalidade heterossexual. De acordo com esse discurso, a paternidade deles seria o resultado de uma “renúncia” à homossexualidade, motivada por um forte desejo de ter filhos. É a mesma lógica que está em ação, mas com uma inversão dos termos. Para uma crítica desse discurso, ver TARNOVSKI, 2012.

se torna possível a partir do momento em que ela surge como uma eventualidade plausível, isto é, quando a ideia de formar uma família pode ser considerada como uma alternativa realizável por homossexuais, em conjugalidade ou solteiros. No contexto atual, querer se tornar pai ao se assumir como homossexual exige um trabalho reflexivo, às vezes intenso, sobre o desejo de ter filhos. A clareza do conteúdo que se lhe atribui é ainda maior e mais necessária, se considerarmos que esse desejo não se apoia em modelos socialmente cristalizados.

Na sua tese de doutorado sobre a paternidade gay na França, Emmanuel Gratton propõe uma análise aprofundada do desejo de ter filhos entre homens homossexuais declarados, nas suas dimensões psicológicas e sociológicas (GRATTON, 2006). Segundo o autor, se o desejo de ter filhos não era, até uma data recente, expresso por homossexuais, é porque a sociedade criava obstáculos, e os homossexuais, encontrando apenas barreiras à realização desse desejo, se resignavam a uma vida sem filhos. Gratton acrescenta: “Afirmar-se homossexual decorre muitas vezes de uma forma de renúncia antecipada à parentalidade” (GRATTON, 2006, p. 23). De acordo com o autor, os homossexuais que querem ser pais deveriam “se libertar” de um conjunto de normas que os “assujeitam” enquanto homossexuais e que impedem a manifestação de um desejo de ter filhos.

A análise de Gratton mostra que o desejo de ter filhos expresso por homossexuais pode ter motivações muito variadas, mas, finalmente, a sua dimensão social apenas é colocada em destaque nos seus aspectos negativos, como na ideia segundo a qual os homossexuais deveriam “se libertar” das normas sociais para se tornarem pais, superando os “obstáculos” impostos pela sociedade para a realização dos seus desejos. O modelo analítico construído por Gratton permite efetivamente a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos homossexuais que querem se tornar pais. No entanto, a universalidade do desejo de ter filhos aparece como um dado que precede as análises. Sua existência não é questionada.

Nas análises que seguirão, eu proponho uma outra abordagem para compreender o desejo de ter filhos expresso pelos meus interlocutores.

Ao invés de considerá-lo como um fato universal, do qual apenas as modalidades de realização seriam socialmente determinadas, eu sugiro que esse desejo é inseparável dos contextos socioculturais que o investem de um sentido subjetivo e político.

“Foi uma revelação”: querer (e poder) ser pai enquanto homossexual

Christophe, 66 anos, professor aposentado, tem três filhos – uma filha de 32 anos e dois filhos de 11 e 12 anos⁷. Sua trajetória foi marcada pelas transformações recentes no domínio da sexualidade e da família. Sabendo-se homossexual, Christophe casou-se aos 32 anos com o único objetivo de ter uma criança. Na época, ele e sua esposa realizavam estudos de pós-graduação e foi nesse contexto que se encontraram. Viveram juntos durante dois anos, até ela ficar grávida e pedir o divórcio. Após o nascimento da criança, ela lhe pediu para renunciar aos seus direitos paternos, mas ele recusou qualquer acordo nesse sentido. Apesar de as relações com a ex-esposa serem tensas, Christophe conseguia ver sua filha regularmente. Alguns anos mais tarde, ele manteve uma relação com outra mulher que também ficou grávida mas que, sem o consultar, decidiu abortar. Christophe passou por uma fase de depressão profunda e voltou com um antigo amante, Charles, com quem está em conjugalidade há mais de vinte anos. Em função das dificuldades encontradas como pai homossexual divorciado, Christophe se tornou membro da APGL pouco tempo após sua fundação em Paris. Reuniões conviviais eram organizadas na sua residência e foi lá que conheceu as mulheres com as quais ele iria ter dois filhos através de projetos de coparentalidade⁸. A mãe do mais velho mora no Sul da França e ele vê seu filho

7 Os nomes foram modificados.

8 A coparentalidade consiste em uma associação com um parceiro do outro sexo, segundo modalidades muito variadas, para fazer uma criança, com ou sem relações sexuais, e criá-la em alternância. A conjugalidade e a filiação se encontram dissociadas e a criança pode pertencer, desde o seu nascimento e de maneira simultânea, a duas unidades domésticas e familiares diferentes (CADORET, 2002; TARNOVSKI, 2011).

regularmente. Com a mãe do seu segundo filho as coisas não se passam tão bem e Christophe teve que iniciar um processo judicial para poder vê-lo. Ele obteve ganho de causa, mas apenas pode encontrar seu filho em visitas supervisionadas.

André, 31 anos, professor, afirma que desde jovem sempre quis formar uma família e ter filhos. Ao longo dos anos, essa perspectiva teria progressivamente se tornado uma certeza, até ele “descobrir que era homossexual”. A tomada de consciência da atração homossexual o teria perturbado em relação à vontade de ter filhos, mas “não a colocou nunca em questão”. Na época, isto é, durante sua adolescência, a ideia de ter um filho com uma mulher lésbica não se colocava como uma possibilidade. A única solução que ele podia imaginar era de se casar com uma mulher mesmo sabendo-se homossexual. Após uma estadia no exterior para terminar seus estudos, André encontrou um emprego em uma cidade do interior da França, onde passou a morar. Por volta dos 26 anos, um dos seus amigos lhe falou sobre a coparentalidade entre gays e lésbicas e o fez tomar conhecimento da existência da APGL. Sem tardar, André tornou-se membro da associação para conhecer a realidade das famílias ali constituídas. Um menino nasceu quatro anos depois, fruto de uma coparentalidade com um casal de mulheres.

Em relação à situação vivida por homens de gerações anteriores, o exemplo de André é revelador das mudanças recentes relacionadas ao acesso à paternidade por homossexuais. A primeira filha de Christophe, por exemplo, foi concebida numa época em que a homossexualidade não podia ser vivida abertamente, como pode ocorrer atualmente – ou, em todo caso, com menos facilidade –, e na qual a parentalidade não se dissociava da conjugalidade, contrariamente ao que se passa na maioria das coparentalidades entre gays e lésbicas que começaram a se constituir em uma época mais recente. A trajetória de Christophe é emblemática de uma época em que, para poder se tornar pai, mesmo se assumindo mais ou menos abertamente como homossexual, era quase inevitável um período de convivência heterossexual com a mãe – isto é, era mais difícil dissociar a parentalidade da conjugalidade. Mesmo quando a ideia de um acordo era implícita, como

parece ter sido o caso do casamento de Christophe, os seus termos não eram discutidos explicitamente, ocasionando situações que depois seriam difíceis de administrar.

O que distingue a época atual daquela de trinta ou quarenta anos não é tanto uma “evolução” das práticas que conduziram a um desaparecimento das mais antigas e “ultrapassadas”, mas uma ampliação do campo de escolhas possíveis que se apresentam aos homens que querem se tornar pais assumindo-se homossexuais. Por um lado, há a visibilidade crescente da noção de “homoparentalidade”, principalmente através da ação de associações de pais e mães homossexuais; por outro lado, houve uma mudança mais geral no domínio do casamento e da família. Na França, as uniões livres não pararam de aumentar nos últimos anos e as leis relativas ao estabelecimento da filiação fora do casamento, ao reconhecimento de paternidade e ao compartilhamento da autoridade parental se adaptaram a essa nova realidade. Nesse contexto, a APGL desempenhou e ainda desempenha um papel importante não apenas ao dar visibilidade às parentalidades homossexuais, mas também ao tornar-se um lugar de “produção” dessas mesmas formas familiares. Como um espaço de reunião, encontro, troca, reflexão, e contando com a sinergia dos indivíduos que fazem parte da APGL e com a contribuição de diferentes competências e experiências, a associação se constituiu em um lugar de criação de arranjos familiares, de elaboração e realização de projetos parentais. Christophe, por exemplo, faz parte destes que, ao experimentar novas formas familiares como a coparentalidade, ampliaram o campo de possibilidades da doravante nomeada “homoparentalidade”. Pode-se afirmar que na França, como em outros países do mundo ocidental, não ter filhos porque se é homossexual é cada vez menos considerado um “destino” e está se tornando progressivamente, mas às vezes abruptamente, uma “escolha”⁹. Essa questão emerge claramente nas

9 Um dos pais entrevistados relatou que certas relações de amizade foram perturbadas após a chegada da criança, na medida em que a realidade da homoparentalidade confrontou seus amigos homossexuais com escolhas que eles poderiam ter feito nas suas trajetórias de vida.

narrativas de certos pais quando eles descrevem as circunstâncias que os sensibilizaram à possibilidade do desejo de ter filhos.

Para Jean, 43 anos, engenheiro, o seu desejo de ter filhos teve origem em uma data muito precisa, quando ele tinha 35 anos, mais exatamente em uma manhã de sábado, dia da parada gay, em uma conversa com Julien, seu companheiro na época. A homoparentalidade era justamente o tema da parada, sobre o qual ele nunca antes tomara conhecimento. Ele se recorda de ter achado o assunto “engraçado”, tanto mais que não lhe dizia respeito. Conversando com Julien, este teria confessado seu forte desejo de ter um(a) filho(a). Segundo Jean: “Era uma fatalidade, como uma evidência que eu jamais questioneei e essa discussão com meu companheiro me permitiu colocá-la em questão. [...] E então, repentinamente, eu me senti envolvido”. A vontade do seu companheiro de ter um(a) filho(a) o interpelou e favoreceu um trabalho reflexivo sobre seu próprio desejo. Tão logo a paternidade torna-se para ele uma realidade possível, o fato de não ser pai não aparece mais como uma “evidência”, mas como uma escolha. A partir daquele momento, é a ausência do desejo de ter filhos que se torna problemática, na medida em que ela começa a ser percebida como o resultado de uma forma de “cegueira” e não como uma realidade em si. Pouco tempo depois, Jean iria a um encontro da APGL, que ele ainda não conhecia, à procura de uma mulher que aceitasse ter um filho com ele. Cinco anos depois nasceria uma menina, de quem Julien seria o padrinho¹⁰.

Vincent, 42 anos, enfermeiro, tomou conhecimento da existência das famílias homoparentais enquanto preparava uma dissertação, elaborada no contexto de uma formação acadêmica. O assunto foi proposto por uma colega, também homossexual, com quem ele redigiu a dissertação. Até então, e isto se passou por volta de 1999, Vincent não tinha ouvido falar das famí-

¹⁰ Naquele momento, Julien e Jean não formavam mais um casal. Julien, 40 anos, artista gráfico, esperaria ainda alguns anos antes de se sentir “pronto” para colocar em prática seu próprio projeto de ter filhos. O fato de Jean ter conseguido realizá-lo não foi sem importância para que Julien pudesse se sentir motivado a se tornar pai por sua vez.

lias homoparentais. O encontro com a APGL foi para ele uma “revelação”: “Eu voltei para casa e disse ‘Victor, tu não vais imaginar o que eu acabo de ver’”. Para o seu companheiro, de 40 anos, enfermeiro, pensar que homossexuais pudessem ter filhos parecia completamente “inacreditável”, “ex-cêntrico”. Era a primeira vez que a questão era abordada pelo casal. Vincent nunca refletira a respeito, pois para ele não era nem mesmo possível.

Eu penso que o fato de ter vivido minha vida de homossexual desde os 18 anos e de ter falado aos meus pais relativamente cedo, de fato, sufocou todo desejo possível de ter filhos. E para ser honesto, na época, eu o teria visto como uma limitação. Nós viajávamos, fazíamos coisas, uma criança naquele momento nos teria mesmo causado problemas. Não era nem mesmo evocável, nós nunca nos tínhamos colocado a questão. No entanto, assim que vimos que era possível, foi verdadeiramente uma revelação, pelo menos para mim.

Em seguida a essa “revelação”, ele se tornou membro da APGL com seu companheiro, mas este último permaneceu reticente em relação à possibilidade de realizar um projeto parental. Vincent, por sua vez, estava decidido a prosseguir. Após pouco menos de dois anos, ele havia adotado um menino e teve um segundo filho através de uma coparentalidade com um casal de mulheres. Confrontado à realidade da parentalidade, Victor finalmente quis contribuir para o aumento da família. Atualmente, o casal tem quatro crianças – três meninos e uma menina.

Na narrativa de Vincent, como em outras, não ter filhos não era fonte de sofrimento¹¹. A resposta recorrente, “eu nunca me coloquei a questão”,

11 A esse respeito, é preciso considerar a parcialidade da minha amostra, na medida em que eu não entrevistei homens que não puderam realizar um desejo de paternidade. Ao mesmo tempo, esse sofrimento pode ser de duas ordens, de acordo com o momento no qual ele é sentido, antes ou depois de uma tentativa mal sucedida de ter uma criança. Esse sofrimento pode então ser associado à ideia de “renúncia” da paternidade que implicaria o reconhecimento de si como homossexual, ou estar ligado a dificuldades concretas de realização de um projeto parental (por razões de infertilidade ou diante de recusas sucessivas do consentimento para a adoção, por exemplo).

indica que ser homossexual e pai não era considerado como uma alternativa possível, na medida em que essa conjugação de experiências não era autoevidente. Como assinala Vincent no trecho acima, o momento da trajetória de vida a partir do qual o indivíduo se assume como homossexual pode ter uma incidência sobre seu eventual desejo de ser pai. Sua narrativa sugere que, até recentemente, quanto mais cedo alguém se assumisse como homossexual, maiores seriam as chances de não se sentir envolvido pela ideia de ter filhos.

Mas, se para alguns o desejo de ter filhos foi motivado por um contato com a noção de homoparentalidade, para outros a questão se colocou quase que inversamente. Com efeito, alguns foram confrontados com a possibilidade concreta de ter uma criança após o convite de uma amiga querendo se tornar mãe. Georges e Guillaume, por exemplo, encontraram-se diante de uma escolha a fazer, que não estava necessariamente na lista das preocupações imediatas. Georges, 42 anos, diretor de empresa, não havia feito nenhuma tentativa para tornar-se pai até que uma amiga, heterossexual, fizesse uma proposta de coparentalidade “a três” com seu companheiro, Guillaume. O assunto “mexia” com ele, pois Georges já era então membro da APGL. Guillaume, 45 anos, vereador, por sua vez, nunca se questionara sobre a possibilidade de se tornar pai: “Não fazia parte do campo do imaginável e depois não havia nenhuma referência”. A amiga estende a proposta aos dois, com a ideia de ter uma criança com cada um. Georges, mais sensível à questão do desejo de ter filhos, tornou-se pai primeiro.

O que é particular, entre os pais entrevistados, é a capacidade deles de situar com precisão o dia em que esse desejo surgiu como possível, para aqueles que nunca haviam pensado a respeito, ou o momento a partir do qual sua realização, enquanto homossexuais, não parecia mais tão estranha quanto antes. Eventos ou situações do passado são recortados e reorganizados no interior de uma trama narrativa, dando um novo sentido à intenção, e/ou à possibilidade concreta, de ter uma criança e de ser pai. Na narrativa de Jean, o dia no qual a homoparentalidade se apresentou como uma possibilidade concreta é descrito como “uma manhã de sábado, dia da parada

gay”. Julien, seu companheiro na época, menciona “uma manhã de domingo, ensolarada, sentado defronte à janela”. A capacidade de identificar o ponto preciso de origem do desejo de ter filhos revela que sua manifestação não é considerada como autoevidente, o que deve ser relacionado com as representações de gênero que marcam esse desejo com o signo da feminilidade (FOURNIER, 2003).

Virginie Descoutures, na sua tese de doutorado sobre as mães lésbicas na França, coloca a ênfase nas dificuldades de certas mulheres de vislumbrar a maternidade após terem se assumido como lésbicas (DESCOUTURES, 2008). Na sua análise, Descoutures considera que a maternidade entre as lésbicas é uma forma de “transgressão” em relação a uma “norma social” segundo a qual “os(as) homossexuais não têm filhos, não podem tê-los” (DESCOUTURES, 2008, p. 140). Não deixa de ser verdade que, entre as lésbicas, o não desejo de ter filhos parece menos impregnado de um sentimento de evidência que entre os gays, o que se explica pela relação diferenciada que teriam os homens e as mulheres diante da procriação e da parentalidade. Em relação a um outro conjunto de normas, aquelas que dizem respeito ao gênero, o desejo de ser mãe parece menos dependente da orientação sexual e do status conjugal que o desejo de ser pai. Foi apenas recentemente que um desejo masculino de ter filhos começou a se expressar de maneira autônoma, sem se associar a um desejo de maternidade, e mais visivelmente entre os homens que se assumem como homossexuais.

Mas, mesmo se o desejo de ter filhos é, por assim dizer, “animado” por uma tomada de consciência por vezes súbita da existência das famílias homoparentais, ele não é menos central para o indivíduo na sua maneira de se projetar no futuro. Ao mesmo tempo, ainda que a visibilidade das famílias homoparentais tenha colocado a paternidade no horizonte das possibilidades que se oferecem ao indivíduo que se assume como homossexual, não se trata de uma razão suficiente para que todos os que se encontram nessa situação queiram ter filhos. A conjugação positiva da homossexualidade com a paternidade pode, sem dúvida, tornar menos conflituosa a vontade de formar uma família, tanto subjetivamente quanto socialmente.

No entanto, para que a pessoa se sinta envolvida pela questão, outros fatores podem entrar em cena, como a relação de casal.

“E se nós tivéssemos uma criança?”: desejo de ter filhos e conjugalidade

Apesar de os homens membros da APGL estarem mais frequentemente em conjugalidade que a média da população gay na França, eles são menos numerosos que as mulheres a afirmar que o projeto de ter uma criança emana do casal. Segundo Martine Gross (2006) as companheiras das mães se situariam mais frequentemente que os companheiros dos pais como “*second parent*”. Na minha pesquisa, alguns pais afirmaram que o desejo de ter filhos tomou forma no âmbito do casal.

Esse foi o caso de Bernard, 37 anos, fonoaudiólogo. Antes de conhecer seu atual companheiro, ele manteve uma relação de conjugalidade por dez anos. No entanto, ele não se imaginava tendo filhos com seu antigo parceiro. Com Bruno, 45 anos, médico, Bernard se sente mais confiante a ponto de considerar ter um(a) filho(a) “com” ele. No seu caso, a estabilidade da vida de casal e as qualidades que percebe no seu companheiro estão na origem do seu desejo de ter filhos. Apesar da surpresa inicial de Bruno diante da proposta de Bernard, foi ele quem finalmente se tornou o “pai biológico” de uma menina concebida no contexto de uma coparentalidade. Bruno era mais velho, fato que desempenhou um papel na escolha de quem seria o genitor. Paralelamente, o encontro com o casal de mulheres com o qual eles realizaram a coparentalidade também influenciou essa escolha, em virtude das afinidades que teriam se criado entre a futura mãe e Bruno. Em todo caso, a chegada da criança se inscreve para eles em uma dinâmica de casal, marcada por um investimento conjunto no projeto de coparentalidade e no exercício da parentalidade. Quando nós nos encontramos, Bernard estava engajado em uma segunda coparentalidade, com outro casal de mulheres, mas as primeiras tentativas de fecundação se revelaram infrutíferas. No contexto da igualdade imaginada por Bernard e Bruno, como casal, a

paternidade de Bernard permitiria compensar uma certa assimetria criada pela paternidade de Bruno, na medida em que um “daria” um filho ao outro. Segundo Bernard, “[...] é mais o Bruno que gostaria de ter um filho meu”.

No caso de Sébastien, 50 anos, médico, o desejo de ter filhos também surgiu em um contexto conjugal, mas não sem tensões. Após alguns anos de vida de casal, seu companheiro passou a achar que “faltava alguma coisa”: ambos tinham uma profissão, um apartamento, estabilidade, mas não eram uma família. De acordo com Sébastien, para seu companheiro, “um casal sem filhos não é uma família” e a vida deles “não era completamente realizada sem filhos”. No início, Sébastien considerava inútil qualquer discussão sobre o assunto, pois ter uma criança, sendo um casal homossexual, parecia-lhe um “sonho impossível”. Todavia, e diante da insistência de seu companheiro, ele aceitou ir a uma reunião da APGL. Ali estando, conheceu um dos membros da associação que lhe confiou que seria pai em breve. Essa declaração o afetou fortemente, e ainda mais quando, um mês mais tarde, ele encontrou a mesma pessoa na parada gay, que lhe disse: “Eu sou papai!”. No espaço de três meses, de abril a junho, uma mudança radical se produziu na maneira de Sébastien considerar a parentalidade em um casal homossexual: “O que me parecia uma invenção da mente se tornava uma realidade que se podia tocar, em três, quatro meses. Foi muito, muito forte, foi um estalo importante, porque isso mostrou que era possível”.

Após entrarem em acordo sobre a ideia de ter filhos, Sébastien e seu companheiro foram adiante, mas, em um primeiro momento, eles tentaram projetos individuais de paternidade. Sébastien privilegiava a ideia de uma coparentalidade, enquanto que seu companheiro buscou uma gestação para outrem tradicional, nos Estados Unidos¹². Mas, como nem um nem

12 De acordo com DELAISI DE PARSEVAL e Chantal COLLARD, a gestação para outrem, também chamada “maternidade de substituição”, “[...] é uma prática pela qual uma mulher carrega um feto, e prossegue com a gravidez até o nascimento da criança com a intenção de transferir em seguida seus direitos e deveres parentais à/ao(s) mãe/pai(pais) de intenção” (2007, p. 29). Ela pode ter duas formas, uma na qual a gestante não é a mãe genética da criança, e outra, tradicional, na qual ela é inseminada com o esperma do pai

outro avançava na realização de seus projetos de paternidade, eles decidiram concentrar seus esforços na gestação para outrem. Assim, ainda que o desejo de ter filhos tenha tomado forma no interior do casal, sua realização foi inicialmente considerada através da realização de projetos individualizados de paternidade. Quando a criança chegou, Sébastien passou a se considerar “cem por cento pai”, mas esta implicação conjunta na parentalidade parece antes ter sido o resultado de uma construção progressiva do casal do que um dado inicial. A esse respeito, o contraste com o casal formado por Thierry e Thomas permitirá talvez esclarecer as diferentes implicações que a conjugalidade pode ter nos múltiplos agenciamentos da parentalidade.

Engenheiros, ambos com 31 anos, Thierry e Thomas se conheceram na universidade há doze anos. Eles não esperaram muito tempo para viver juntos. Após três meses de namoro, ainda na universidade, Thierry alugou um apartamento ao lado do apartamento de Thomas. Aos poucos os colegas foram tomando conhecimento da relação entre eles. Dois anos depois, eles decidiram morar em um único apartamento, o que coincidiu com a revelação da união para as respectivas famílias. Nessa época, em 1997, eles já pensavam em adotar, mas a ideia lhes parecia implausível. Após um estágio realizado nos Países Baixos, durante o qual puderam conhecer famílias constituídas por homossexuais, eles pensaram na possibilidade de retornar ao território francês e adotar. Contudo, nesse período as suas preocupações voltavam-se principalmente para o término dos estudos e para a inserção no mercado de trabalho. O projeto de ter filhos voltou à ordem do dia apenas após a conquista da estabilidade. Para Thierry, a ideia de criar uma família com crianças surgiu como uma consequência lógica da vida de casal: “Veio um pouco na ordem das coisas, como para qualquer um”. Segundo ele, não foi um projeto que apareceu “repentinamente”, mas o resultado de uma construção progressiva. Contrariamente ao que se passou com Sébastien e seu companheiro, aqui a conjugalidade e a parentalidade foram pensadas como indissociáveis desde o início das suas reflexões sobre um

de intenção. Ver também GROSS e Dominique MEHL, 2011.

possível projeto de ter filhos. Prova disto é a maneira escolhida para colocar o projeto em prática, uma gestação para outrem. A escolha daquele que iria ser o genitor das crianças e, conseqüentemente, o pai juridicamente reconhecido, foi realizada segundo critérios práticos, e não em resposta a um desejo mais forte de ter filhos. Ambos concordaram que Thierry seria o genitor, em razão dos seus conhecimentos da língua inglesa, o que facilitaria os contatos com as genitoras potenciais e os advogados nos Estados Unidos. Eles acreditam, *a posteriori*, que no fim das contas essa escolha compenhou um certo desequilíbrio nas relações entre as respectivas famílias. Thierry mantém relações bem limitadas com sua família, que se resumem aos contatos que ele tem com sua mãe e com duas primas, uma delas sendo lésbica. Ele é filho único de pais divorciados e não vê seu pai com frequência. Aliás, ele acreditava que a vinda de crianças, duas meninas, permitiria uma reaproximação, o que não aconteceu. Por outro lado, a família de Thomas permaneceu muito presente e acolheu com alegria a vinda das suas filhas, apesar de Thomas não ter nenhum laço genético ou legal com as crianças. Assim, muito embora Thierry seja o pai legal das crianças, ele não tem, de acordo com suas próprias palavras, “a quem oferecer esse laço”. Ao contrário, a reação dos pais de Thomas, que começaram a se envolver desde o terceiro mês de gravidez, pedindo sempre por notícias, foi para eles uma feliz surpresa.

Muito embora o desejo de ter filhos possa tomar forma no interior do casal, em alguns casos ele foi expresso por apenas um dos parceiros. Vincent, por exemplo, realizou esse desejo adotando uma criança e tendo outra através de uma coparentalidade, mas sem a participação direta do seu companheiro em nenhum dos projetos parentais. Foi apenas após a chegada das crianças que Victor começou a se envolver, assumindo uma posição parental, e a considerar também ter filhos. A distância que existia entre um e outro em relação ao desejo de ter filhos se reduziu com o tempo, a presença das crianças no cotidiano doméstico tendo sem dúvida desempenhado um papel importante nessa mudança progressiva.

Os casos analisados mostram que, mesmo nas situações em que a

conjugalidade motivou a vontade de ter filhos, os parceiros não se investem sempre da mesma forma no projeto parental, nem querem sistematicamente ocupar uma posição simétrica à do pai legal¹³. Quando a vontade de ter filhos é considerada como um símbolo do amor conjugal, diferentes formas de simetria entre as posições parentais dos parceiros podem ser colocadas em prática pelos casais, como forma de compensar as desigualdades de status parentais. Essa simetria pode se traduzir por uma desvalorização da importância da “paternidade genética”, como para Thierry e Thomas, ou por um intercâmbio de status, como para Bernard e Bruno. Nesse último caso, a ideia de que cada um seja o genitor e o pai legal de uma criança foi a solução escolhida para produzir um equilíbrio em relação aos status parentais do par conjugal. No entanto, na coparentalidade as crianças devem ser “compartilhadas” com a mãe e sua companheira, o que pode criar uma assimetria entre os casais (TARNOVSKI, 2013). A escolha da gestação para outrem ou da adoção, ao contrário, permite uma associação mais estreita entre conjugalidade e parentalidade. Gross e Mehl (2011) também identificam, no contexto da gestação para outrem, uma tendência por parte de casais de homens ao exercício conjunto da responsabilidade educativa no cotidiano, pois as crianças não são compartilhadas com outros(as) “parceiros(as) de procriação” [*partenaires de l'enfantement*].

Nós vimos que a tomada de consciência da existência das famílias homoparentais pode, em um primeiro momento, desencadear no indivíduo que se assume como homossexual o desejo de se tornar pai, e que o fato de estar em conjugalidade favorece, em alguns casos, a expressão desse desejo, mas a sua realização exige, antes, que seu portador possa transformá-lo em projeto.

13 GROSS e MEHL (2011), em seu estudo sobre a paternidade homossexual no contexto da gestação para outrem, sublinham igualmente a importância da estabilidade conjugal para o “desencadeamento” do desejo de ter filhos.

O desejo realizado ou a sua metamorfose em projeto: qual tipo de família escolher?

Em contraste com o que se passa habitualmente com um casal heterossexual sem problemas de fertilidade, para um casal ou indivíduo homossexual, o tempo entre o momento em que se pensa mais seriamente em ter um filho e o dia de sua chegada pode amplamente ultrapassar os nove meses. Os homossexuais decididos a ter um filho devem obrigatoriamente refletir sobre os meios que escolherão para se tornar pais. O desejo de ter filhos, para poder se realizar, deve ser considerado nos seus aspectos concretos, tomando assim a forma de um projeto parental, do qual o conteúdo e a importância dependerão do modo de procriação e da forma familiar considerada. Como qualquer casal ou pessoa que queira ter uma criança, os homens entrevistados refletiram sobre as condições necessárias para estarem aptos a acolhê-la. Entretanto, diferentemente da maioria dos casais, os homossexuais nessa situação devem não apenas reunir os meios para criar uma criança dentro de condições consideradas como satisfatórias, mas ser capazes de mobilizar recursos relacionais e materiais para, em primeiro lugar, poder realizar o projeto parental¹⁴.

Para os sujeitos entrevistados, a construção do projeto envolveu inicialmente a análise das diferentes alternativas possíveis para ter um(a) filho(a). Na França, as vias utilizadas por homossexuais que querem ter acesso à paternidade são a adoção, a coparentalidade e a gestação para outrem. Esses modos de acesso à parentalidade não são os autorizados pela lei, mas as modalidades consideradas pela maioria dos homossexuais franceses que querem se tornar pais. O acesso a uma “barriga de aluguel”, por exemplo, permanece proibido pelas leis do país. Ao mesmo tempo, cada modelo pode ser colocado em prática através de formas variáveis, especialmente a “maternidade de substituição”, dependendo se entra em cena uma doadora

14 Para uma problematização da noção de “projeto parental”, ver Luc BOLTANSKI, 2004 e DELAISI DE PARSEVAL, 2008.

de óvulos além da gestante, e a coparentalidade, que pode variar de acordo com a orientação sexual da mãe e o envolvimento dos diferentes parceiros, os pais e mães legais e seus(suas) companheiros(as). Mas essas alternativas não esgotam o leque de possibilidades que se apresentam a homossexuais que querem se tornar pais. A prática da transferência de crianças, por exemplo, mais difundida nos contextos tradicionais, não é repertoriada pelas estatísticas ou pelos estudos sobre a França¹⁵.

Alguns dos pais entrevistados somente tiveram consciência da abrangência de modelos familiares após a entrada na APGL. Jean, por exemplo, não conhecia as coparentalidades entre gays e lésbicas antes de se tornar membro da associação. A ideia de encontrar uma mulher que aceitasse ter um filho com ele, fora de uma relação de conjugalidade, parecia “irrealista”, “impossível”. Os primeiros contatos com mães potenciais, no interior da associação, não foram exitosos. Incrédulo sobre as possibilidades de encontrar a boa pessoa com quem construir um projeto de coparentalidade, Jean se voltou para a adoção. No entanto, ele interrompeu o processo um pouco antes do seu julgamento. O psicólogo que o acompanhava teria ajudado Jean a compreender que a adoção não era a solução mais adaptada. Jean percebeu que não estava pronto a renunciar aos seus projetos de desenvolvimento profissional e que uma adoção seria finalmente incompatível com seu ritmo de vida: “Eu tinha tudo para ganhar, as etapas psicológicas, a situação material, minha situação afetiva, etc. Enfim, eu penso que teria sido um bom papai adotivo, mas isso me teria freado na vida, isso me teria causado muitos constrangimentos”. Pouco tempo antes de abandonar o processo, Jean havia encontrado a mulher que viria a ser a mãe da sua filha, o que lhe deu uma razão suplementar para interromper seus esforços em direção da adoção. Finalmente, a coparentalidade foi para ele uma

15 No Brasil, por exemplo, homossexuais podem se tornar pais adotando crianças encontradas através de redes de interconhecimento, uma prática ligada à circulação de crianças em meios populares (TARNOVSKI, 2002). Apesar de se tratar de uma forma de adoção, as crianças são reconhecidas como naturais, o que caracteriza uma prática ilegal no contexto brasileiro (ver Claudia FONSECA, 2000).

escolha motivada, e não apenas uma escolha pré-definida. Assim como a adoção, a gestação para outrem não lhe convinha. Além do fato de que, tanto num caso como noutro, ele teria que cuidar de uma criança sozinho e em tempo integral, a gestação para outrem lhe dava a impressão de “privar” uma criança da sua mãe. Na adoção, a “mãe biológica” da criança também não está presente, mas o adotante não se sente “responsável” pela separação. Foi, por exemplo, o que me disse um futuro pai adotivo, justificando sua escolha pela adoção ao mesmo tempo que sua recusa da gestação para outrem. Tanto uma como outra permitem a criação de uma família centrada no casal, mas na adoção os futuros pais não têm a impressão de estar na origem de uma ruptura dos laços ou de um abandono. No caso de Jean, a coparentalidade permitiu ao mesmo tempo “preservar” o laço mãe/criança e ter tempo suficiente para poder se dedicar à sua vida profissional, na medida em que a residência principal da criança é, sem contestação de sua parte, atribuída à mãe. A importância conferida à figura materna ecoa representações mais gerais, segundo as quais o laço da criança com sua mãe seria pré-existente ou concomitante ao nascimento. Assim, se por um lado a coparentalidade pode ser considerada como a via mais acessível aos gays que querem se tornar pais, por outro, essa escolha familiar pode atender à vontade de dar uma dupla referência, paterna e materna, à criança (TARNOVSKI, 2013).

No que diz respeito à ideia de que, na gestação para outrem, os “pais e mães intencionais”¹⁶ provocariam um abandono da criança pela sua mãe, expresso entre outros pelos pais e futuros pais adotivos, as narrativas de pais que efetivamente buscaram a gestação para outrem permitem nuançar a questão. Sem querer entrar nos detalhes de situações familiares e de escolhas específicas, eu gostaria apenas de citar alguns elementos para mostrar o quanto as aparências podem ser enganadoras. Delaisi de Parseval e Collard já mostraram que casais heterossexuais que recorreram a “mães

16 Isto é, os pais e mães [*parents*] que estão na origem do projeto de ter filhos (DELAISI DE PARSEVAL e COLLARD, 2007).

portadoras” poderiam, em certas circunstâncias, manter um laço com a gestante dos seus filhos (DELAISI DE PARSEVAL e COLLARD, 2007). Da mesma forma, Sébastien e seu companheiro, assim como Thierry e Thomas, permaneceram em contato com as gestantes dos seus filhos, sem descartar completamente a eventualidade de um encontro futuro¹⁷. No caso da adoção plena, ao contrário, a possibilidade de manter um vínculo com os pais de origem da criança é muito mais rara, apesar das iniciativas de associações a favor da “adoção aberta” (FINE e NEIRINCK, 2000). Em todo caso, nenhum dos pais adotivos entrevistados, sem destoar do que se passa na maioria das adoções, manteve contatos com os pais de origem dos seus filhos. Eu inclusive encontrei um futuro pai adotivo que, na espera de ir buscar a criança que lhe foi atribuída pelo orfanato, temia que a mãe da criança quisesse retomá-la antes da finalização do processo de adoção... Em contraste com o que se passa em uma situação de abandono terminando por um processo de adoção, as *surrogate mothers* fazem muitas vezes um trabalho reflexivo para não considerar como sua a criança que gestam para outro casal (RAGONE, 1996; DELAISI DE PARSEVAL e COLLARD, 2007). A esse respeito, Thierry e Thomas acreditam que a história de uma criança nascida através de uma gestação para outrem é “mais clara” e fácil de explicar. Antes de se empenhar em uma gestação para outrem, o casal tinha a intenção de adotar uma criança, mas esse projeto foi abandonado devido às numerosas restrições impostas aos homens solteiros que querem adotar.¹⁸

17 Independentemente do fato de, nessa situação, a gestante dever ser reconhecida como mãe no registro civil francês.

18 Antes das recentes mudanças na lei francesa, a orientação sexual não era mencionada como possível obstáculo à adoção por solteiros(as). No entanto, no momento de realização da pesquisa, os casais homossexuais não podiam adotar conjuntamente. Como sublinha Bruno Perreau (2006), apesar da lei permitir a adoção por solteiros(as), a maioria dos(as) pretendentes se viam obrigados(as) a ocultar sua homossexualidade no momento das enquetes sociais. A Corte Europeia de Direitos Humanos já foi acionada por causa de práticas discriminatórias motivadas pela orientação homossexual dos(as) candidatos(as) à adoção. Em 2009, o tribunal administrativo de Besançon ordenou o Conselho Geral do Jura a fornecer a autorização para a adoção a uma professora que não escondia sua homossexualidade.

Ao mesmo tempo, eles acreditavam que, ao adotar, trariam dificuldades suplementares a uma criança que, além de não conhecer suas origens, teria pais homossexuais. Eles admitem, contudo, que esse raciocínio foi construído retrospectivamente, em contraste com a visão “idealista” do início.

Esses diferentes argumentos a favor ou contra a adoção ou a gestação para outrem, expressos por certos pais, têm em comum o fato de pressupor como potencialmente problemática a ausência de vínculo materno. Em um caso como noutro, a mãe ou a gestante não está presente no cotidiano das crianças, que têm apenas figuras parentais masculinas, situação que a maioria dos homossexuais que querem se tornar pais na França não está pronta para assumir (CADORET, 2001). Nesse sentido, Martine Gross afirma que a escolha da coparentalidade “[...] acalma, nos homens e nas mulheres, a culpabilidade de colocar uma criança no mundo em condições inabituais” (GROSS, 2006, p. 158). Isso se exprimiria pela ideia de que uma criança deveria ter um pai e uma mãe. É preciso sublinhar que essa questão é fortemente influenciada pelo debate francês sobre a importância da “*différence des sexes*” no âmbito da filiação. Filósofos, psicanalistas, juristas e representantes das ciências sociais mobilizaram argumentos conservadores sobre a “necessidade” do reconhecimento da diferença sexual para a manutenção da “ordem simbólica”¹⁹.

Por outro lado, a dinâmica de alternância entre os lares, específica da coparentalidade, pode igualmente ser percebida como uma vantagem. Paralelamente ao argumento segundo o qual a coparentalidade responderia a uma preocupação de dar um pai e uma mãe para a criança – seja para reproduzir um certo modelo de normalidade familiar, seja em reação ao debate público sobre as famílias homoparentais –, a guarda compartilhada da criança é considerada por certos pais como um aspecto positivo dos arranjos coparentais. Nem todos desejam um compartilhamento igualitário em relação ao tempo que as crianças passam com cada pai/mãe.

19 Análises críticas sobre os argumentos desse debate podem ser encontradas em: Anna Paula UZIEL e GROSSI, 2007; Eric FASSIN, 2008; ALMEIDA, 2010; TARNOVSKI, 2010; THÉRY, 2013.

De uma maneira geral, os conflitos que podem aparecer entre os parceiros da coparentalidade, especialmente os relacionados com a alternância entre os lares, referem-se mais aos aspectos organizacionais da coparentalidade do que ao seu princípio, a saber, que a residência principal da criança seja com a mãe, o que não é sistematicamente colocado em questão. De fato, eu não conheci nenhuma coparentalidade na qual a residência principal tenha sido estabelecida com o pai (TARNOVSKI 2011).

A análise das motivações permite compreender melhor como os atores orientam suas escolhas. Até aqui, essa escolha foi analisada como sendo exclusiva, isto é, ao se escolher retém-se apenas uma possibilidade. Mas nada impede que tal escolha possa repousar sobre mais de uma opção. Esse foi o caso de Vincent e Victor, o primeiro tendo ao mesmo tempo adotado e feito uma coparentalidade, e as duas crianças tendo chegado quase ao mesmo tempo. Mas seus amigos homossexuais não permaneceram indiferentes ante a possibilidade de uma escolha múltipla: “Parecia excêntrico, aos olhos de certas pessoas, misturar coparentalidade e adoção. [...] Para alguns, não se mistura tudo. Para mim, isso não parecia tão incompatível” (Vincent). A reação de outros pais/mães homossexuais diante dessa situação parece indicar a existência de uma divisão do universo das famílias homoparentais por fronteiras internas e invisíveis separando cada categoria de família como alternativas que não deveriam se “misturar”. A narrativa de um outro pai fornece uma indicação das questões que podem eventualmente ser associadas com essa “mistura”. Bruno, ao mesmo tempo que se lançava em uma coparentalidade com seu companheiro Bernard, entrou com um pedido de adoção. Muito embora a decisão tenha sido favorável, ele não estava mais tão seguro em continuar com o processo, pois o projeto de adoção “não encontrava eco” em Bernard. Seu companheiro se sentia incomodado com a ideia de criar uma assimetria entre irmãos/irmãs, instaurada pelos diferentes modos de chegada das crianças. Bernard se disse “[...] perplexo ante a perspectiva de ter ao mesmo tempo, em casa, uma criança adotada mas que estaria lá todo o tempo e uma criança, ou crianças, que estariam em alternância e que viriam de tempos em tempos”.

Esse mal-estar diante da “mistura” de modalidades de chegada das crianças associa-se também com as especificidades de cada tipo de filiação. A adoção se apoia sobre uma valorização do amor parental, da vontade e do reconhecimento social como fundamentos da filiação, ao passo que a coparentalidade pode reativar representações biogenéticas de parentesco. Cada modalidade teria assim especificidades no que diz respeito aos alicerces da filiação que, do ponto de vista de certos pais/mães, não seriam conciliáveis em uma mesma configuração familiar.

Além das razões múltiplas que podem orientar os sujeitos, a escolha do modo de acesso à paternidade e da configuração familiar resulta igualmente de uma acomodação entre as expectativas iniciais e os recursos financeiros, de tempo ou relacionais que se é capaz de reunir. Nesse sentido, a escolha em questão pode ser influenciada pela situação profissional ou pelo local de residência, por exemplo. Aqueles que moram em Paris têm a sua disposição uma rede de entreatajuda, graças à APGL, que não possuem aqueles que vivem no interior. A associação, pela ação dos seus membros, oferece espaços de reflexão que permitem ao recém-chegado elaborar com mais clareza o projeto parental que achar mais apropriado. Aqueles que escolhem a adoção ou a gestação para outrem podem participar de fóruns de discussão que facilitam a troca de informações, às vezes preciosas, para bem conduzir seus projetos.

Certas atividades da APGL podem ser destinadas a facilitar a realização do projeto, como é o caso dos anúncios publicados em um jornal interno ou das reuniões conviviais que promovem o encontro entre futuros pais e futuras mães em busca de parceiros(as) para uma coparentalidade. Nas situações em que a realização de uma coparentalidade, por exemplo, foi feita por intermédio de anúncios publicados em *sites* da Internet sem ligação com a APGL ou através de um encontro não “provocado”, a associação pode fornecer ajuda sobre os pontos a respeito dos quais refletir antes de “partir para a ação” ou mesmo depois (GROSS e PEYCERÉ, 2005). Paralelamente à APGL, outras redes se constituíram para ajudar homossexuais que querem se tornar pais/mães, como por exemplo o grupo de pais adotivos, que pro-

move encontros anuais entre seus membros, e ao qual fui apresentado por um dos meus interlocutores. Sem ter nenhum vínculo direto com a APGL, esse grupo se formou sobre a base de uma experiência compartilhada, a de homens oficialmente solteiros que adotaram seus filhos em um mesmo país. Se, por um lado, o grupo permite que as crianças criem referências comuns para si mesmas, como filhos e filhas adotivos(as) de pais homossexuais e através do compartilhamento de uma mesma origem cultural²⁰, por outro lado, o grupo se tornou uma referência para outros homossexuais, em conjugalidade ou solteiros, querendo adotar e precisando de suporte para ajudá-los nas diversas etapas ou simplesmente procurando um espaço de convívio e de diálogo. Certamente, associações com a finalidade de ajudar casais heterossexuais a adotar ou a realizar uma gestação para outrem, antes da sua proibição na França, existem ou existiram no contexto francês. Em contraste com essas iniciativas, a APGL ou os grupos informais de pais/mães homossexuais não restringem seu campo de ação aos aspectos práticos ligados à realização de um projeto parental. O que os distingue, antes de mais nada, mas não exclusivamente, é o fato de tornarem possíveis esses projetos parentais, ao conjugar positivamente homossexualidade e parentalidade.

Considerações finais

Neste artigo, analisei como o desejo de ter filhos toma forma e se expressa em certos contextos sociais atuais, a partir do exemplo de pais homossexuais franceses. A construção desse desejo, fenômeno marcadamente contemporâneo segundo certos autores²¹, poderia ser analisada em qualquer grupo ou categoria social. No entanto, o discurso militante sobre o assunto, assim como certas análises, parece dotar esse desejo de uma realidade

20 Muito mais do que uma mesma origem cultural, algumas crianças passaram pelo mesmo orfanato, de maneira que elas já se conheciam antes de serem adotadas por pais “solteiros” franceses.

21 GODELIER, 2004; DELAISI DE PARSEVAL, 2008.

universal, quiçá a-histórica. No interior desse discurso, não é a existência do desejo de ter filhos que exigiria uma explicação, mas sua ausência. De acordo com essa forma de pensar, se as famílias homoparentais surgiram apenas recentemente na maioria dos países ocidentais, é porque anteriormente estas mesmas sociedades se opunham e levantavam obstáculos à realização desse desejo. Esse discurso assume a homossexualidade, enquanto atributo do indivíduo, como um dado que não é discutido na sua historicidade. Tal abordagem problematiza o olhar social sobre a homossexualidade, mas não sua construção social e histórica, de forma a colocar em perspectiva as particularidades das famílias homoparentais ocidentais contemporâneas. A análise das narrativas dos pais gays mostra, ao contrário, que esse desejo toma forma coletivamente, revelando assim que sua existência subjetiva não é independente do contexto social no qual se encontra o indivíduo. Minha hipótese é que as associações e as redes de famílias homossexuais não apenas ajudam os homossexuais que querem se tornar pais a realizar seus projetos parentais, mas que a visibilidade da homoparentalidade que elas contribuíram a produzir participa da criação do desejo de ter filhos entre os homossexuais, na medida em que a homoparentalidade se torna uma realidade possível.

A possibilidade contemporânea de um desejo de ter filhos manifestado por gays e lésbicas, enquanto tais, é reveladora não apenas das mudanças no domínio da família e do parentesco, mas também dos processos socioculturais, históricos e políticos de construção da sexualidade, que a cristalizaram como uma dimensão fundamental na definição do indivíduo ocidental moderno (FOUCAULT, 1994). No entanto, o fato de mostrar sua historicidade não enfraquece a força social e política dessas construções da sexualidade e do desejo de ter filhos, e menos ainda a importância dessas realidades para o sujeito.

Certamente, nem todos os homossexuais querem se tornar pais neste contexto de visibilidade das famílias homoparentais. É aí que as aspirações individuais, a história pessoal e a subjetividade encontram todo o seu lugar para explicar por que o desejo de ter filhos é mais forte para uns, e

inexistente para outros. No entanto, o que eu tentei mostrar é que, no contexto francês, e mais geralmente europeu, os homossexuais são, cada vez mais, levados a fazer escolhas a propósito dessa questão. Progressivamente, o fato de não querer ter filhos deixa de ser algo evidente, para se tornar uma escolha. A homoparentalidade se tornou uma realidade socialmente visível, permitindo às novas gerações, mas também às anteriores, de expressar um desejo de ter filhos. A visibilidade das famílias homoparentais não deixa insensíveis homossexuais de gerações anteriores, que se veem confrontados com as “escolhas” que fizeram, ou não, nas suas vidas. Sem dúvida, nem todos têm à sua disposição os mesmos meios para poder realizar um projeto parental e acolher uma criança. Para uma parte da população homossexual, não ter filhos não é simplesmente o resultado de uma escolha consciente, mas uma realidade à qual eles tiveram que se resignar. Da mesma forma, é preciso evidentemente considerar o papel pioneiro de uma parte da população homossexual que, contra qualquer expectativa, foi adiante na sua vontade de formar uma família tendo ou adotando crianças, abrindo assim o caminho para que outros pudessem considerar projetos similares e ter à sua disposição o suporte para os realizar. A reivindicação e a colocação em prática de uma conjugação positiva entre paternidade e homossexualidade, assim como sua tradução em um discurso social cada vez mais visível, contribuíram para a reformulação do que “ser” homossexual quer dizer.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. *A Chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

BOLTANSKI, Luc. *La condition fœtale*. Paris: Gallimard, 2004.

BOZON, Michel. *Sociologie de la sexualité*. Paris: Nathan, 2002.

CADORET, Anne. “Etre père sans femme: la paternité gay”. *TSANTSA – Revue de la Société Suisse d’Ethnologie*, n. 6, p. 83-92, 2001.

_____. *Des parents comme les autres: homosexualité et parenté*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002.

CADORET, Anne; GROSS, Martine; MÉCARY, Caroline; PERREAU, Bruno (Orgs.). *Homoparentalités: approches scientifiques et politiques*. Paris: PUF, 2006.

COURDURIÈS, Jérôme. *Être en couple (gay): conjugalité et homosexualité masculine en France*. Lyon: PUL, 2011.

COURDURIÈS, Jérôme; FINE, Agnès (Orgs.). *Homosexualité et parenté*. Paris: Armand Colin, 2014.

DELAISI DE PARSEVAL, Geneviève. *Famille à tout prix*. Paris: Seuil, 2008.

DELAISI DE PARSEVAL, Geneviève; COLLARD, Chantal. "La gestation pour autrui: un bricolage des représentations de la paternité et de la maternité euro-américaines". *L'Homme*, n. 183, p. 29-54, 2007.

DESCOUTURES, Virginie. *Les mères lesbiennes: contribution à une sociologie de la parentalité*. 2008. Tese (Doctorat en Sociologie) – Université René Descartes (Paris V), Paris.

FASSIN, Éric. *L'inversion de la question homosexuelle*. Paris: Éditions Amsterdam, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Enfin au-delà du PaCS". *ProChoix*, n. 12, p. 15-17, 1999.

FINE, Agnès; NEIRINCK, Claire (Orgs.). *Parents de sang, parents adoptifs: approches juridiques et anthropologiques de l'adoption*. France, USA, Canada, Europe. Paris: LGDJ, 2000.

FONSECA, Claudia. "La circulation des enfants pauvres au Brésil: une pratique locale dans un monde globalisé". *Anthropologie et Sociétés*, v. 24, n. 3, p. 53-73, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1994.

FOURNIER, Sandrine. *Enquête sur l'homoparentalité dans la Baie de San Francisco*. 2003. Dissertação (DEA en Anthropologie Sociale et Historique) – EHESS, Toulouse.

GODELIER, Maurice. *Métamorphoses de la parenté*. Paris: Fayard, 2004.

GRATTON, Emmanuel. *L'homoparentalité, côté pères*. 2006. Tese (Doctorat en Sociologie) – Université Denis Diderot (Paris VII), Paris.

GROSS, Martine (Org.). *Homoparentalités: état des lieux*. Paris: Érès, 2005.

_____. “Désir d’enfant chez les gays et les lesbiennes”. *Terrain*, n. 46, p. 151-164, 2006.

GROSS, Martine; PEYCERÉ, Mathieu. *Fonder une famille homoparentale*. Paris: Ramsay, 2005.

GROSS, Martine; MEHL, Dominique. “Homopaternalités et gestation pour autrui”. *Enfances, Familles, Générations*, n. 14, p. 95-112, 2011.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HERBRAND, Cathy. “Déclinaisons du désir d’enfant dans les coparentalités homosexuelles”. *Revue des Sciences Sociales*, n. 41, p. 42-51, 2009.

LEWIN, Ellen. *Lesbian mothers: accounts of gender in American culture*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1993.

_____. *Gay fatherhood: narratives of family and citizenship in America*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

PATERNOTTE, David. *Revendiquer le “mariage gay”. Belgique, France, Espagne*. Bruxelles: Editions de l’Université de Bruxelles, 2011.

PERREAU, Bruno. “Les organismes autorisés pour l’adoption: analyse d’une délégation de service public”. In: CADORET, Anne; GROSS, Martine; MECARY, Caroline; PERREAU, Bruno (Orgs.). *Homoparentalités: approches scientifiques et politiques*. Paris: PUF, 2006. p. 163-173.

PICHARDO, José Ignacio. *Entender la diversidad familiar: relaciones homosexuales y nuevos modelos de familia*. Barcelona: Bellaterra, 2009.

RAGONE, Helena. “Chasing the blood tie: surrogate mothers, adoptive mothers and fathers”. *American Ethnologist*, v. 23, n. 2, p. 352-365, 1996.

SCHNEIDER, David M. “The power of culture: notes on some aspects of gay and lesbian kinship in America today”. *Cultural Anthropology*, v. 12, n. 2, p. 270-274, 1997.

TAIN, Laurence. “Um filho quando eu quiser? O caso da França contemporânea”. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 53-67, 2005.

TAKÁCS, Judit; KUHAR, Roman (orgs.). *Doing families: gay and lesbian family practices*. Ljubljana: Mirovni Institut, 2011.

TARNOVSKI, Flávio L. “Pais Assumidos”: *adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. *Être père et homosexuel dans la France contemporaine*. 2010. Tese (Doctorat en Anthropologie Sociale) – EHESS, Toulouse.

_____. “Les coparentalités entre gays et lesbiennes en France: le point de vue des pères”. *Vibrant*, v. 8, n. 2, p. 140-163, 2011.

_____. “Paternité et sexualité dans la construction de soi”. *Ethnologie Française*, v. 42, n. 1, p. 145-153, 2012.

_____. “Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas”. *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 67-93, 2013.

THÉRY, Irène. *Couple, filiation et parenté aujourd’hui*. Paris: Odile Jacob, 1998.

_____. *Mariage de meme sexe et filiation*. Paris: Éditions de l’EHESS, 2013.

THÉRY, Irène; LEROYER, Anne-Marie. *Filiation, origines, parentalité. Le droit face aux nouvelles valeurs de responsabilité générationnelle*. Rapport du groupe de travail Filiation, origines, parentalité. Ministère des affaires sociales et de la santé. Ministère délégué de la famille. Paris, 2014.

UZIÉL, Anna Paula; GROSSI, Miriam. “Parceria civil e homoparentalidade: o debate francês”. In: GROSSI, Miriam; UZIÉL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.